

Violências e mundialização

© dos autores
1ª edição 2016

Direitos reservados a Tomo Editorial Ltda.

A Tomo Editorial publica de acordo com suas linhas e conselho editoriais que podem ser conhecidos em www.tomoeditorial.com.br.

Série **Sociologia das Conflitualidades**

Coordenação

José Vicente Tavares dos Santos

Editor

João Carneiro

Diagramação

Tomo Editorial

Capa

Atelier @Arte

sobre ilustração de Krishna Chiminazzo Predebon

Revisão

Maira Revisões

V796 Violências e mundialização / organização de José Vicente Tavares dos Santos [et al.] . – Porto Alegre : Tomo Editorial, 2016.
432 p. (Sociologia das Conflitualidades; vol. 9)

Outros organizadores: Rochele Fellini Fachinetto, Alex Niche Teixeira, Ligia Mori Madeira, Elisa Celmer, Leticia Schabbach, Enio Passiani, Melissa de Mattos Pimenta.

ISBN 978-85-9516-002-6

I. Sociologia da violência. 2. Segurança pública. 3. Direitos humanos. 4. Polícia e violência do Estado. 5. Prisões e sistema jurídico.
I. Santos, José Vicente Tavares dos. II. Fachinetto, Rochele Fellini.
III. Teixeira, Alex Niche. IV. Madeira, Ligia Mori. V. Celmer, Elisa. VI. Schabbach, Leticia. VII. Passiani, Enio. VIII. Pimenta, Melissa de Mattos.
Título.

CDU 316.647.3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Bibliotecária: Ketlen Stueber CRB 10/2221)

Tomo Editorial Ltda. | Fone/fax: +55 (51) 3227.1021
Rua Demétrio Ribeiro, 525 | CEP 90010-310 | Porto Alegre | RS | Brasil
tomo@tomoeditorial.com.br | www.tomoeditorial.com.br

Série
Sociologia das Conflitualidades
Vol. 9

Violências e mundialização

Organizadores:

José Vicente Tavares dos Santos

Rochele Fellini Fachinetto

Alex Niche Teixeira

Ligia Mori Madeira

Elisa Celmer

Leticia Schabbach

Enio Passiani

Melissa de Mattos Pimenta



Porto Alegre, 2016

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Saberes, imaginação e compromisso na explanação sociológica da violência, do Estado e das lutas sociais

José Vicente Tavares dos Santos

Rochele Fellini Fachinetto

Alex Niche Teixeira

Ligia Mori Madeira

Elisa Celmer

Leticia Schabbach

Enio Passiani;

Melissa de Mattos Pimenta 9

PARTE I

MUNDIALIZAÇÃO E FIGURAÇÕES

Policiar na China contemporânea

Vítor Eduardo Alessandri Ribeiro 21

Governando o Haiti:

as políticas de segurança e controle estrangeiras no período pós-colonial

Germana Dalberto 39

Políticas de seguridad en Uruguay: un análisis a través

la Ley de Regularización del Cannabis

Nilia Viscardi 67

Plata o plomo:

figurações da violência no romance e na televisão na América Latina

José Vicente Tavares-dos-Santos

Alex Niche Teixeira 83

Figurações possíveis:

o romance como mimesis e processo civilizador

Enio Passiani 101

PARTE II

AMBIGUIDADES DA FORMAÇÃO POLICIAL

Gênero como dimensão para mudança institucional das polícias militares e os esforços de alguns países em conflito e pós-conflito para reformas policiais

Márcia Esteves de Calazans 121

Saber/poder e corpo:

os regimes disciplinares e a construção microfísica da
profissionalização da Segurança Pública – Brasil e Paraguai

Eduardo Nunes Jacondino 133

Prática e percepções sobre direitos humanos nas escolas
de formação de praças da Brigada Militar

Geverson Aparício Ferrari 147

PARTE III

TRIBUNAIS E PRISÕES

Quem tem “medo” da lei e da prisão?

Naldson Ramos da Costa 161

A homossexualidade na prisão: entre o desejo e a norma

Leni Beatriz Correia Colares 173

Quem é o homem preso por violência doméstica em Porto Alegre?

Dani Rudnicki

Silvia Pinheiro de Brum 187

O papel dos tribunais na defesa e proteção a direitos na América Latina

Lígia Mori Madeira 199

“Eu disse que a vítima seria julgada pela defesa”:
reflexões sobre gênero, Direito e campo jurídico
Rochele Fellini Fachinetto 215

Sociologia na questão penitenciária: capitalização do tempo e jogo prisional
Luiz Antônio Bogo Chies 231

PARTE IV

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA

Policiamento comunitário no Rio Grande do Sul:
teoria, discursos e práticas
Melissa de Mattos Pimenta 249

Novos atores para uma velha política? Potencialidades e limites do município
na área da segurança pública – um estudo de caso da cidade de Canoas/RS.
Lívio Silva de Oliveira 265

As perspectivas e possibilidades de uma política de
segurança pública na sociedade democrática
Fábio Duarte Fernandes 279

Segurança pública e o direito internacional dos direitos humanos:
conjunção normativa e axiológica para as políticas públicas de segurança
Sérgio Roberto de Abreu 293

PARTE V

VIOLÊNCIAS, CRIMES E CONFLITUALIDADES

Considerações sobre corrupção
Claiton Renato Macedo Marques
José Ricardo Fernandes 309

O reconhecimento honnethiano e a alienação parental:
possibilidades de compreensão de uma questão social
Edson Benedito Rondon Filho 325

Apontamentos sobre a legislação e a violência no trânsito no Brasil <i>Maurício Bastos Russo</i>	339
A reprodução da violência homicida, de seus cenários e tipos <i>Letícia Maria Schabbach</i>	355
Justiça social e violência escolar: o que pensam os professores <i>Alexandre Silva Virginio</i>	373
Referências	395
Sobre os autores	425

Introdução

Saberes, imaginação e compromisso na explanação sociológica da violência, do Estado e das lutas sociais

José Vicente Tavares dos Santos
Rochele Fellini Fachinetto
Alex Niche Teixeira
Ligia Mori Madeira
Elisa Celmer
Leticia Schabbach
Enio Passiani;
Melissa de Mattos Pimenta

Este conjunto de estudos celebra os vinte e um anos do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania do IFCH da UFRGS, registrado no CNPq desde 1995, que desenvolve atividades de pesquisa, de ensino na graduação e na pós-graduação e de extensão universitária. Ademais, há uma constante presença em eventos da sociedade civil e na imprensa. Atualmente, somos 23 professores, 18 estudantes e 6 pesquisadores associados.

O livro demonstra um longo trabalho de construção de objetos sociológicos construídos no bojo das dinâmicas e relações sociais constitutivas dos fenômenos da violência, do crime e das lutas sociais, ou seja, as conflitualidades contemporâneas. Tal processo intelectual tem sido realizado mediante o desenvolvimento de relações entre teorias e conceitos e as realidades empíricas, obtidas por meio de trabalho de campo, consulta a documentos e a fontes secundárias disponíveis na internet. Ocorre, nesse passo, uma larga problematização de instituições, de legislação, de programas de governo, passando pela análise de atores, de discursos

e de práticas sociais. Ou seja, estamos diante de uma reconstrução sociológica de maneiras de ver, de dizer e de fazer.

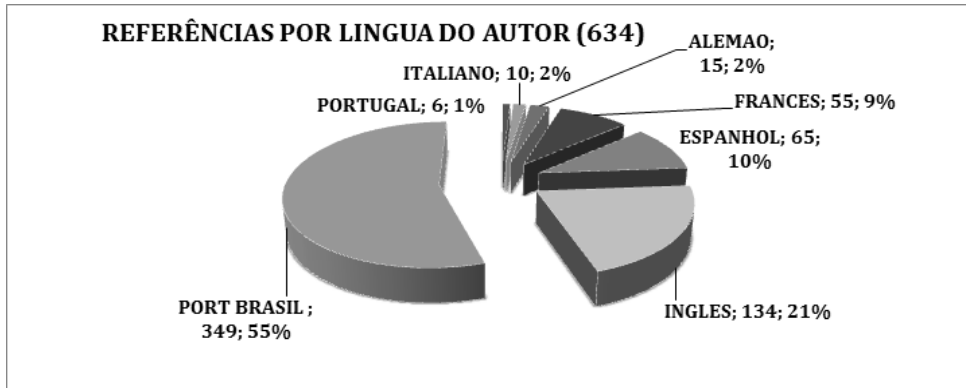
Ressalta-se a internacionalização tanto das realidades sociais observadas (do Brasil, do Rio Grande do Sul e de vários outros estados; e de outras sociedades como França, Inglaterra, Uruguai, Chile, Colômbia, Haiti, México, Estados Unidos e China) quanto dos autores referidos. Ademais, muitos trabalhos foram apresentados e discutidos em vários fóruns, nacionais (Sociedade Brasileira de Sociologia, ABCP, ANPOCS, FBSP) e internacionais (ISA, ASA, ALAS, CLACSO).

Existem alguns objetos científicos principais. Por um lado, está sendo configurado um campo intelectual acerca de Violência, Crime e Segurança, mediante a investigação e a explanação de posições, ocupadas por instituições e por agentes sociais e de disposições expressas em práticas sociais e discursos. Pode-se, então, demarcar os múltiplos embates que estão em disputa nesse campo intelectual. Por outro lado, alguns agentes sociais aparecem de modo privilegiado nas análises, tais como os policiais, inclusive com a presença de policiais que também são pesquisadores. Em terceiro lugar, adquire proeminência a dinâmica simbólica da violência, pois tanto estão sendo investigadas as representações sociais, percepções e emoções sociais, como os produtos simbólicos e culturais. Enfim, reaparece a crítica do Direito e das práticas institucionais do judiciário.

Em termos metodológicos, a categoria comum a todos é a complexidade e a combinação de estudos macro e microsociológicos. Houve a utilização de entrevistas, fotografia, inserção no mundo social, dados estatísticos e questionários. Por conseguinte, o conjunto é marcado tanto por análises quantitativas quanto qualitativas, análise informacional de discursos, entre outras abordagens a partir de dados estruturados e não-estruturados, sempre com recurso a ferramentas informacionais que vão do SPSS ao NVIVO.

Em termos metodológicos, a categoria comum a todos é a complexidade e a combinação de estudos macrossociológicos e microsociológicos. Por conseguinte, no conjunto há utilização da análise de dados (com o uso do SPSS) e da análise informacional de discurso (com o recurso ao NVIVO). Houve a utilização de entrevistas, fotografias, inserção no mundo social, observação participante, dados estatísticos e questionários.

As referências a autores, apresentadas em bibliografia unificada de mais de seiscentos itens, revelam um diálogo múltiplo. Em primeiro lugar, a vasta citação de cientistas sociais brasileiros, chegando a 55% das referências, cobrindo o campo intelectual de modo pleno. Em segundo, os autores de língua inglesa, no original ou em traduções, representam 21% das fontes bibliográficas. Seguem-se os de língua espanhola, 10%, e francesa, 9%. Depois, estão listados autores de língua alemã, 2% , italiana, 2%, e autores de Portugal, 1%.



Em segundo lugar, observando os autores estrangeiros recorrentes, encontramos Michel Foucault e Pierre Bourdieu como os mais citados, seguidos por François Dubet, pela França. Em língua inglesa, o alemão Norbert Elias, o polonês Zygmunt Bauman e David Bayley. Dos autores alemães, Max Weber e Axel Honneth. E, de Portugal, a referência predominante é Boaventura de Sousa Santos.

A partir desse diálogo nacional e internacional, uma série de temas foi analisada, com o uso de conceitos flexibilizados ou inventados pelos autores dos textos desta coletânea.

O primeiro conjunto é sobre o Estado, desde a análise das polícias à seletividade da Justiça Penal e aos estudos das instituições prisionais. Perceberam-se a violência institucional e o exercício de um poder disciplinar nas instituições totais. Esse poder está manifesto nas políticas públicas de segurança, nas políticas de punitivismo penal e da lei de drogas. Enfim, as políticas de segurança expressam o paradoxo do controle social repressivo em momentos de políticas sociais de inclusão.

O segundo trata do espaço social dos estudos: a cidade, suas partições e clivagens, tendo como eixo as violências, mas também as práticas inovadoras observadas nos territórios, regiões ou bairros.

O terceiro conjunto diz respeito à violência em suas múltiplas formas: violência costumeira, violência difusa, violência criminal, violência institucional e violência simbólica. Sobressai a figura do jovem, vitimário e vítima, vivenciando um tempo social marcado pelo excesso, pela prisão ou pela morte.

O quarto conjunto faz sobressair a violência de gênero e os conflitos derivados da dominação masculina e os diferentes papéis assumidos pelas mulheres. Porém, foram indicadas ainda as práticas e o senso comum das mulheres, muitas vezes uma forma de resistência cotidiana à opressão.

O quinto conjunto refere-se às organizações criminosas, consolidadas dentro e fora da prisão, as quais vão demarcar territórios, reincidências, carreiras delinquentiais e até mesmo uma linguagem da violência.

O sexto conjunto indica as representações sociais da violência, reconstruídas pelas figurações na mídia, nas séries de televisão e no romance.

Um sétimo conjunto ressalta as lutas sociais na construção de alternativas de controle social e de afirmação dos direitos humanos contra o autoritarismo e pela superação da regulação mediante processos de emancipação social.

Essas sete construções sociológicas podem ser encontradas ao longo dos vinte e três capítulos que compõem esta coletânea.

A primeira parte do livro, *Mundialização e Figurações*, inicia pelo capítulo *Policar na China contemporânea*, de Vítor Eduardo Alessandri Ribeiro, que traz uma discussão sobre as mudanças no controle social na China nos períodos anteriores e posteriores a 1978. Por meio da análise de fontes secundárias, documentos históricos e textos legais, o autor identifica transformações no modo como o controle social é estruturado na China, passando de uma prática fundada na mobilização popular para a criação de novos dispositivos de normalização do Direito. O autor chama a atenção para a crescente incidência de fenômenos desafiadores da manutenção da ordem social na China, instigando o olhar sociológico para compreensão da sociedade chinesa.

O debate sobre a colonialidade no campo da segurança nacional é trazido por Germana Dalberto, no texto *Governando o Haiti: as políticas de segurança e controle estrangeiras no período pós-colonial*, ao analisar as intervenções estrangeiras que tomaram forma no Haiti no período pós-independência. Tendo como objeto a Missão das Nações Unidas no Haiti por meio do Programa de Reforma do Setor de Segurança, a autora analisa como os programas de controle e reforma estatal estrangeiros têm instrumentalizado as instituições de segurança nacionais, sobretudo a polícia, intensificando o controle e a vigilância sobre o espaço e a população haitiana e ressignificando as relações de colonialidade no Haiti.

Em *Políticas de seguridad en Uruguay: un análisis a través la Ley de Regularización del Cannabis*, Nilia Viscardi faz uma análise da Lei de Regularização da Maconha, apresentando as alianças de grupos sociais que tornaram possível sua construção, seus objetivos de segurança cidadã e as dinâmicas de governança que estão envolvidas no processo de implementação, especialmente a intersectorialidade e o vínculo com a comunidade. Nilia aponta os paradoxos típicos encontrados nas políticas de segurança dos governos progressistas: por um lado, estando a lei amparada em uma política de convivência, permite reduzir os riscos em relação ao mercado ilegal das drogas; por outro, legalizando apenas a maconha, acaba por estigmatizar as demais drogas, confinando-as a um espaço de risco e violência. A autora discute as possibilidades e limites da lei, apresen-

tando sua capacidade de promoção de políticas de subjetividade, fortalecendo relações alternativas entre Estado e comunidade. Ao mesmo tempo, porém, o peso da visão conservadora e o seu anseio por medidas proibicionistas revelam-se um obstáculo para políticas de segurança com curta tradição em práticas de construção comunitária.

No capítulo “*Plata o plomo*”: *figurações da violência no romance e na televisão na América Latina*, José Vicente Tavares dos Santos e Alex Niche Teixeira nos levam a pensar a violência como discurso que nasce da palavra e do gesto cristalizados, cujos significados precisam ser decifrados. Ao analisar a espetacularização do crime na televisão, o romance da violência, como um novo gênero literário, e as representações do crime nas séries internacionais de televisão, os autores indicam pistas importantes para compreensão da violência na América Latina, pois apontam tanto para formas pelas quais a violência difusa é legitimada, quanto para a emergência de um novo imaginário sobre o controle social.

As figurações da violência são também abordadas por Enio Passiani, no texto *Figurações possíveis: o romance como mimesis e processo civilizador*. O autor nos instiga a refletir sobre a diferença entre os conceitos de representação e figuração a partir de Erich Auerbach e Norbert Elias. Articulando as tramas entre a literatura e a violência, o autor problematiza a noção de representação mimética distinguindo entre a espetacularização e a sensibilização ou a compreensão da violência.

A parte II, *Ambiguidades da Formação Policial*, começa pelo artigo *Gênero como dimensão para mudança institucional das polícias militares*, de Marcia Esteves de Calazans, que aborda a questão de gênero e a reforma das polícias, particularmente em contextos pós-conflito. A autora argumenta que o aparelho policial militar constitui-se por uma nova tecnologia da produção social na constituição de homens e mulheres em policiais. A reflexão da autora contribui para compreender o papel de uma política de gênero na reforma das organizações policiais e na construção de uma segurança pública cidadã.

O texto *Saber/poder e corpo: os regimes disciplinares e a construção microfísica da profissionalização da Segurança Pública Brasil e Paraguai*, de Eduardo Jacondino, discute o tema da Segurança Pública no cenário latino-americano e os desafios trazidos para a formação de policiais no processo de redemocratização. O autor analisa cursos de formação policial militar nos dois países buscando compreender os saberes e as práticas que envolviam a profissionalização da segurança pública, identificando o quanto essa formação ainda está fortemente atrelada a um processo de sujeição e a um modelo profissional baseado em efeitos de dominação.

Em seu capítulo *Prática e percepções sobre direitos humanos nas escolas de formação de praças da Brigada Militar*, Geverson Aparício Ferrari busca investigar as percepções sobre direitos humanos de policiais militares em formação. Dis-

cute os efeitos dos direitos humanos em suas práticas, pois atuarão em estreito contato com a população, seja no trabalho ostensivo preventivo ou em situações de confrontos armados, com uso da força física. O percurso da análise identificou que os espaços de formação enquadram-se nas características definidas por Goffmann para identificar instituições totais, promovendo uma socialização plena de ritos militares voltados à noção de disciplina e de hierarquia e com foco em instrução e armamento, no horizonte de uma cultura de guerra e de combate a inimigos.

A parte III, *Tribunais e Prisões*, desenvolve-se a partir de uma pergunta central de Naldson Ramos da Costa, título do capítulo: *Quem tem 'medo' da lei e da prisão?* O autor propõe uma reflexão sobre qual tem sido a função da pena e da prisão no Brasil no que concerne ao combate à violência e à criminalidade. Por um lado, o país apresenta leis para quase tudo, fenômeno derivado de uma expectativa social de respostas do Estado baseadas em atos legislativos como forma de inibir condutas e fazer justiça social. Todavia, os problemas tipificados nos códigos penais não têm sido suficientes para inibir o comportamento violento e a criminalidade.

No capítulo *A homossexualidade na prisão: entre o desejo e a norma*, Leni Beatriz Correia Colares discute o caráter normativo da sexualidade, mostrando que os discursos feministas contemporâneos, ao tratarem da sexualidade feminina, especialmente da homossexualidade como decorrente de estratégias adaptativas às carências impostas pelo cárcere, corroboram uma visão estática de gênero, retomando a noção sociológica do desvio. Se no contexto prisional os comportamentos sexuais sempre se apresentaram como disruptivos, desordenadores, com ambivalências e especificidades de gênero, o estudo verificou que um agenciamento esquivo, por ser motivo de estigma e sanção disciplinar, agora pode se exteriorizar, esgarçando os limites para a exposição performática de comportamentos.

No capítulo *Quem é o homem preso por violência doméstica em Porto Alegre?*, Dani Rudnick e Silvia Pinheiro de Brum buscam explorar temas que envolvem o encarceramento da pobreza e a posição de parcela do movimento feminista que apoia a criminalização de condutas e o acirramento de penas aos delitos que envolvam motivação de gênero. Tendo em vista o aumento expressivo do número de homens presos em flagrante, os autores avaliam a seleção de classe ligada à alteração legislativa provocada pela Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha.

Lígia Mori Madeira realiza uma revisão da literatura com vistas a compreender a trajetória das Constituições e o papel dos judiciários latino-americanos na consolidação das democracias, verificando os processos de ampliação do acesso à justiça e a atuação em termos de ativismo judicial. No capítulo *O papel*

dos tribunais na defesa e proteção a direitos na América Latina, a autora chama atenção para o fato de que os estudos sobre política judicial têm uma trajetória recente na América Latina, estabelecendo dois padrões: o primeiro voltava-se a compreender a reforma judicial, destacando problemas na independência do poder judicial, acesso, eficiência e responsabilidade dos tribunais; o segundo, mais recente, indica a tentativa de compreender o papel dos tribunais no estabelecimento da justiça social nesses países, elucidando o fato de que sociedades desiguais têm lacunas consideráveis na prática de direito e, por conseguinte, têm rupturas entre a legalidade formal e a realidade prática.

Em “*Eu disse que a vítima seria julgada pela defesa*”: reflexões sobre gênero, direito e campo jurídico, Rochele Fellini Fachinetto apresenta uma reflexão sobre o papel do direito e do campo jurídico na (re)produção de significados de gênero, tendo como referência sua pesquisa de doutorado, que analisou como os aspectos de gênero são mobilizados pelos agentes jurídicos em julgamentos de homicídio pelo Tribunal do Júri em Porto Alegre/RS, em casos de homens que mataram mulheres e mulheres que mataram homens. A autora, através da sociologia do campo jurídico de Pierre Bourdieu (1998) e de autoras feministas como Elena Larrauri, Judith Butler e Tereza Beleza, demonstra como a justiça recorre ao gênero para fazer-se valer com mais força, para tornar inteligíveis socialmente os crimes e sujeitos condenáveis ou passíveis de serem aceitos.

No texto *Sociologia na questão penitenciária: capitalização do tempo e jogo prisional*, Luiz Antônio Bogo Chies revisita sua tese de doutorado “A capitalização do tempo social na prisão: a remição no contexto das lutas de temporalização na pena privativa de liberdade” (Chies, 2006; 2008a), refletindo sobre as perspectivas sociológicas dirigidas à prisão, ao cárcere e às práticas de encarceramento como segregações punitivas que se desenvolveram no Brasil ao longo desse período. Fazendo uma análise da trajetória de estudos do campo da prisão, demonstrando que as leis não bastam no enfrentamento da questão penitenciária e alertando para as transformações recentes da relação sociedade-prisão, o autor retoma a ideia de que os sujeitos (atores diversos) que se envolvem na execução penal (presos, magistrados, administradores de presídios) possuem a perspectiva de que o tempo (*a priori* físico, cronométrico e “imutável”) é um elemento passível de “capitalização” nas dinâmicas concretas da pena privativa de liberdade.

Na parte IV, *Políticas Públicas de Segurança*, Melissa de Mattos Pimenta, em *Policimento comunitário no Rio Grande do Sul: teoria, discursos e práticas*, investiga o processo de implementação do policiamento comunitário no estado sulino como alternativa contemporânea para a crise da segurança pública e para as forças policiais na prevenção e repressão ao crime. Tais processos ocorrem em um contexto de mudança de paradigmas que situa a segurança pública como

responsabilidade de toda a sociedade. A autora discute as implicações da conceitualização do termo e apresenta as dificuldades no processo de implementação de programas de polícia comunitária, dentre elas o estabelecimento de aproximação efetiva com a comunidade, a falta de consenso quanto às rotinas desempenhadas pelo trabalho policial e a ausência de mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações. Conclui afirmando ser reduzida a capacidade de resolução de problemas pela polícia e coloca em questão o papel assumido pela instituição nos programas de polícia comunitária, os quais têm sido direcionados, sobretudo, às localidades mais vulneráveis socialmente e com mais urgência em relação à presença do Estado.

Em *Novos atores para uma velha política? Potencialidades e limites do município na área da Segurança Pública – um estudo de caso da cidade de Canoas/RS*, Lívio Silva de Oliveira analisa o trabalho das equipes técnicas dos projetos sociais do Território da Paz, especificamente do PROTEJO (Proteção dos Jovens em Território Vulnerável) e do *Mulheres da Paz*. Problematisa o papel do município como ator de segurança pública e busca compreender as possibilidades de participação civil nessa área. Finaliza por identificar os limites e as potencialidades destes projetos de segurança cidadã no contexto brasileiro em que o município não tem um papel de atuação legalmente definido na área de segurança pública.

O artigo *As perspectivas e possibilidades de uma política de segurança pública na sociedade democrática*, de Fabio Duarte Fernandes, discute a necessidade de se consolidar uma política pública de Estado para a Segurança Pública. Em um contexto em que, no Brasil, os índices de violência e criminalidade atingem números alarmantes, este trabalho traz reflexões acerca das possibilidades de enfrentamento do tema da Segurança Pública em sua complexidade. Em outras palavras, aponta que a gestão da segurança pública precisa articular direitos humanos e eficiência policial.

Sérgio Roberto de Abreu, no capítulo *Segurança Pública e o direito internacional dos direitos humanos: conjugação normativa e axiológica para as políticas públicas de segurança*, explora a falsa dicotomia entre o respeito aos direitos humanos e a segurança pública. O autor parte da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o caso “*Escher e outros versus Brasil*” e investiga sua incidência no sistema de segurança pública brasileiro, mais especificamente, o caso em que os direitos à privacidade, da honra e reputação foram violados pela ação do Estado por meio da interceptação, gravação e divulgação de conversas telefônicas. A análise salienta que os princípios do Direito Internacional dos Direitos Humanos ainda necessitam ser assimilados pelo sistema de segurança pública a fim de orientar a legalidade dos atos praticados pelas polícias.

A parte V, *Violências, Crimes e Conflitualidades*, principia com *Considerações sobre corrupção*, de Claiton Renato Macedo Marques e José Ricardo Fernandes,

os quais analisam a corrupção como fenômeno complexo. Ou seja, a temática da corrupção admite diversas perspectivas – da biologia, do direito, da filosofia, da política, da sociologia, da psicologia, dos valores morais, dentre outros. O trabalho foca as abordagens do direito e da sociologia, refletindo em que medida as condutas corruptivas podem ser consideradas normais ou degenerativas da estrutura social.

O artigo *O reconhecimento honnethiano e a alienação parental: possibilidades de compreensão de uma questão social*, de Edson Benedito Rondon Filho, busca debater o conflito intrínseco existente na alienação parental. Este trabalho apresenta a alienação parental – sob a perspectiva de Axel Honneth e de outros/as autores/as que estudam o reconhecimento – como um exemplo de desrespeito social e ataque à identidade pessoal, além de ser capaz de suscitar uma ação que busque restaurar relações de reconhecimento mútuo, colocando o conflito no centro da relação.

Em *Apostamentos sobre a legislação e a violência no trânsito no Brasil*, de Maurício Russo, foi realizada uma revisão sobre o aperfeiçoamento da legislação de trânsito brasileira durante o século XX, afirmando que, não obstante tal aprimoramento, a vitimização no trânsito continuou aumentando. O objetivo é contribuir para uma reflexão da sociologia do trânsito por meio da recuperação histórica da legislação de trânsito no Brasil e da observação dos fatores que contribuem para o crescimento da violência no trânsito.

O artigo de Letícia Schabbach, *A reprodução da violência homicida, de seus cenários e tipos*, traz uma articulação entre análise macro e microssociológica sobre a violência letal. O trabalho apresenta um panorama geral dos homicídios no Brasil, demonstrando a distribuição bastante díspar deste fenômeno entre regiões, estados, municípios e bairros. Com o intuito de apontar a necessidade da incorporação da dimensão analítica microssociológica para compreender o fenômeno dos homicídios no Brasil, a autora examina casos de homicídios enquanto cenários sociais, conforme os seguintes eixos analíticos: temas em confronto, grau de relacionamento entre os envolvidos e existência ou não de planejamento das mortes.

O capítulo final, *Justiça social e violência escolar: o que pensam os professores*, de Alexandre Silva Virgínio, traz um olhar complexo sobre o ambiente escolar e suas possíveis conexões com a justiça social e a violência. A partir de uma pesquisa sobre formação continuada de professores, o autor busca compreender as percepções dos professores sobre as funções da escola e a realidade das comunidades, os principais obstáculos ao trabalho escolar e/ou à qualidade da educação, agregando contribuições para pensar a relação entre globalização capitalista, violência e educação.

A última seção é composta por uma Bibliografia Geral, com mais de 600 títulos, evidenciando tanto a erudição coletiva dos autores quanto a internacionalização dos olhares sociológicos.

O conjunto das contribuições permite reafirmar que o campo intelectual “Violência, Segurança e Sociedade” está pleno de teorias, conceitos e metodologias, oriundos de distintas abordagens: sociologia da violência, sociologia da conflitualidade, as diversas criminologias, direito penal, direito internacional, direitos humanos, teorias do crime, teoria do reconhecimento, teoria da biopolítica, a análise epidemiológica, as políticas públicas, as várias vertentes da psicanálise e as reflexões teóricas sobre as tecnologias policiais.

Em outras palavras, o campo intelectual “Violência, Segurança e Sociedade” poderia ser compreendido como um conjunto de práticas de si, vindo a compor um modo de subjetividade capaz de sublimar a insegurança constitutiva da sociedade contemporânea. Para assim fazê-lo, estão em ação processos de transformação social orientados por um cuidado-de-si coletivo que se preocupa com um “outro mundo possível”. A garantia deste dever é o modo de coordenação do poder estatal, “desenvolvendo uma governamentalidade que se orienta pela expansão do reconhecimento das diferenças, no horizonte de projetos sociais emancipadores” (Tavares-dos-Santos & Teixeira, 2011, p. 18).

Pode-se concluir que este livro apresenta uma sociologia com rigor teórico, firmeza conceitual e distintas investigações sociais, seja por pesquisa de campo, seja pela análise de documentos, dados e informações. Trata-se de um processo de imaginação sociológica que amalgama um compromisso político crítico com uma explanação sociológica criativa. Enfim, uma contribuição a uma sociologia crítica mundial sujeita agora ao crivo, quiçá generoso, do leitor.